

Teorias da Pena Segundo a Doutrina Brasileira

Autor(res)

Hugo Malone Xavier Couto E Passos
Gil César De Carvalho Lemos Morato

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

Antes de entendermos quais são as teorias aceitas pela doutrina brasileira, temos que entender o que de fato é, e como surgiram as teorias da pena e seus objetivos. O homem a buscar formas de controlar essa convivência. Nesse contexto, surge a pena como resposta às infrações, tendo seu registro mais antigo datado na legislação penal, quando o imperador Sun publicou a lei das cinco penas sendo elas: amputação para furto e lesões pessoais, castração para estupro, amputação do nariz para estelionato, e marca de ferro na testa para delitos menores. O estudo das finalidades das penas possibilita compreender como a razão humana justifica e aplica punições. As teorias da pena surgiram no século XVIII, explicando como as sanções são aplicadas e justificadas. Hoje, há três principais modelos a serem seguidos, a teoria absoluta, teoria relativa e teoria mista, que concebem a pena como retribuição, expiação, ressocialização, reparação ou compensação pelos danos causados pelo ato ilícito.

Objetivo

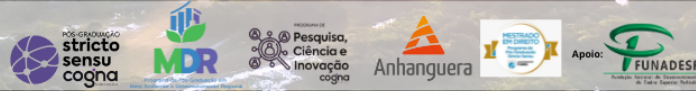
O objetivo deste artigo é explorar as três diferentes teorias penais que fundamentam a aplicação das penas, segundo a doutrina penal brasileira. Partindo de uma visão histórica da antiga legislação penal este artigo busca compreender as raízes das sanções e sua função social ao longo do tempo. O artigo abordará as três principais teorias da pena: a teoria absoluta, a teoria relativa e a teoria mista.

Material e Métodos

A metodologia deste trabalho consistiu em uma revisão bibliográfica, conduzida por meio de pesquisas em livros da Biblioteca Virtual Anhanguera e no Google acadêmico, com o objetivo de identificar e analisar referências teóricas relevantes para o tema proposto. Foram selecionadas obras de autores que tratam da temática de maneira abrangente, proporcionando uma base teórica sólida. O desenvolvimento do trabalho seguiu o método "hipotético-dedutivo", partindo da formulação de hipóteses com base nas leituras realizadas, e sua verificação foi feita por meio de uma análise crítica das fontes consultadas. A abordagem crítica permitiu problematizar e confrontar diferentes perspectivas, enriquecendo o aprofundamento reflexivo e teórico sobre o tema.

Resultados e Discussão

O artigo evidencia a evolução da pena, demonstrando que as teorias da pena refletem as necessidades da



sociedade. Observa-se que as punições iniciais eram severas e físicas, como na sua primeira aparição, na antiga legislação penal chinesa, mas com o passar do tempo, o foco passou da mera retribuição para a prevenção e ressocialização. As três doutrinas principais, teoria absoluta, teoria relativa e teoria mista, demonstram distintas justificativas e fins para a pena. A teoria absoluta, que pode ser baseada no conceito de “olho por olho e dente por dente”, sendo a mais antiga, e defendida por filósofos como Immanuel Kant em sua obra “A metafísica dos costumes” e Georg Wilhelm Friedrich Hegel com base em sua obra “Linhas fundamentais de Filosofia do Direito”. Por outro lado, a teoria relativa introduz o conceito de prevenção, seja especial positiva ou geral negativa. Já a teoria mista, busca equilibrar essas abordagens, conciliando a punição com a prevenção e a ressocialização do infrator

Conclusão

Conclui-se que as teorias da pena são um reflexo direto das necessidades filosóficas e sociais ao longo da história. Quanto à prevenção e a ressocialização, demonstra uma evolução no pensamento jurídico. A adoção da teoria mista no Brasil, como principal doutrina, uma tentativa de equilibrar a punição, proteger a sociedade e recuperar o infrator. Portanto, compreender essas teorias é fundamental para compreender o sistema penal, que visa não só à punição, mas também à prevenção e à ressocialização

Referências

- Teoria da Pena - PROF. Caupolican Padilha Júnior
- Teoria e Aplicação da Pena - Enio Luiz Rossetto
- Direito Penal: Parte Geral - Damásio de Jesus
- Direito Penal: Parte Geral - Janaina Conceição Paschoal